



MUNICÍPIO DE ROLADOR/RS  
GABINETE DO PREFEITO



Mensagem nº 07/2025.

Rolador, RS, em 02 de janeiro de 2025.

A Sua Excelência, o Senhor

**JOÃO LUIZ MENEZES DE MORAIS**

M.D. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Nesta

**Excelentíssimo Senhor Presidente**

Com fulcro nos arts. 41 e 62, *caput* e inc. I, da Lei Orgânica Municipal, envio a Vossa Excelência, para apreciação do Plenário da Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 07/2025, com a seguinte ementa:

***Autoriza o Município, Poder Executivo, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, efetuar a contratação de um professor de MATEMÁTICA – por tempo determinado, e dá outras providências.***

O presente projeto de lei visa à autorização para fins de contratação de um professor de matemática para fins de suprir a necessidade em virtude do afastamento da professora ocupante do cargo de provimento efetivo, por motivo de assumir direção de escola, e ainda atendimento nas aulas de turno integral.

Em anexo cópia da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, e cópia do ofício recebido da SEDUC solicitando a contratação dos profissionais da área.

Solicito que o projeto seja apreciado em **REGIME DE URGÊNCIA**, para que a administração possa dar início ao Processo seletivo a fim de fechar o quadro de professores para o início do ano letivo.

Nada mais havendo, subscrevo-me, esperando que o projeto seja apreciado na forma regimental.

Atenciosamente,

**JOÃO ALBERTO AQUINO GOMES**  
Prefeito



**Projeto de Lei nº 07/2025.**

***Autoriza o Município, Poder Executivo, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, efetuar a contratação de um professor de anos finais do ensino fundamental – MATEMÁTICA, por tempo determinado, e dá outras providências.***

(...)

**Art. 1º.** O Município de Rolador, Poder Executivo, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei, para o exercício da seguinte função: um (01) Professor de anos finais do ensino fundamental - MATEMÁTICA, com carga horária semanal de até 40 (quarenta) horas;

**§1º.** A contratação de que trata o caput, irá até o dia 18/12/2025, data prevista para o encerramento do ano letivo.

**§2º.** Em caso de dilação do prazo de encerramento do ano letivo, poderão as contratações de que trata o *caput* serem prorrogadas por até 30 (trinta) dias, observado o encerramento do ano letivo.

**Art. 2º.** O contratado nos termos desta Lei fará jus a um vencimento equivalente ao básico previsto para o cargo de provimento efetivo de professor, classe A, nível 1, a repouso semanal remunerado e em feriados, bem como a gratificação natalina e a férias proporcionais aos meses trabalhados, nos termos da Lei Municipal nº 50, de 21 de junho de 2001, observada a carga horária contratada.

**Parágrafo único.** Se for o caso, o contratado também fará jus às gratificações pelo exercício em escola de difícil acesso, em classe especial e em turma multisseriada, nos termos da Lei Municipal nº 50, de 21 de junho de 2001.

**Art. 3º.** As atribuições e requisitos para a contratação de pessoal autorizada pela presente lei são aqueles previstos na Lei nº 50/2001 para o cargo de professor.

**Art. 4º.** Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público que justifica a contratação autorizada pela presente lei: o afastamento de servidora ocupante de cargo de provimento efetivo, motivo de assumir direção de escola, e ainda atendimento nas aulas de turno integral.

**Art. 5º.** O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, dar-se-á mediante lista de classificação do processo seletivo simplificado.

**Art. 6º.** O contrato será de natureza administrativa e o contratado restará vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

**Art. 7º.** O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações, nas seguintes hipóteses:

I - Término do prazo contratual.



**MUNICÍPIO DE ROLADOR/RS**  
**GABINETE DO PREFEITO**



**II** - Iniciativa do contratado, mediante notificação ao contratante com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**III** - Iniciativa do contratante, pela extinção da necessidade temporária ou por conveniência administrativa, mediante notificação ao contratado com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

**Art. 8º.** O contratado com base na presente Lei sujeitar-se-á, no que couber, ao regime disciplinar estatuído pela Lei Municipal nº 56, de 28 de junho de 2001.

**Parágrafo único.** A apuração de infração disciplinar atribuída ao contratado nos termos desta Lei será apurada em procedimento administrativo próprio, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**Art. 9º.** As contratações serão feitas com observância das seguintes dotações orçamentárias previstas Orçamento Anual de 2025:

Órgão	Unidade Orçamentária	Classificação da Despesa
04	0402	3190 04 00 00 3190 13 00 00

**Art. 10.** Em caso de término do contrato efetivado com base nesta Lei antes do termo final, fica o Poder Executivo autorizado a realizar nova contratação desde que persista a justificativa de que trata o artigo 4º e observadas todas as demais condições e prazos estipulados.

**Art. 11.** Está lei entra em vigor na data de sua publicação.

(...)